



Número: **0816715-16.2019.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **8ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **09/07/2019**

Valor da causa: **R\$ 10.968,75**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes  |                    | Procurador/Terceiro vinculado   |                         |
|---|--------------------|---|-------------------------|
| KATRICIA DA SILVA ANDRADE (AUTOR)                             |                    | JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA (ADVOGADO)                               |                         |
| SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO<br>DPVAT S.A. (RÉU) |                    |   |                         |
| Documentos  |                    |   |                         |
| Id.   | Data da Assinatura | Documento   | Tipo                    |
| 55978<br>41   | 09/07/2019 21:28   | <a href="#">Petição Inicial</a>   | Petição Inicial         |
| 55979<br>45   | 09/07/2019 21:28   | <a href="#">02-Procuração e Documentos Pessoais</a>                         | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO |
| 55979<br>48   | 09/07/2019 21:28   | <a href="#">03-Declaração de Hipossuficiência</a>                           | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO |
| 55979<br>49   | 09/07/2019 21:28   | <a href="#">04-Oficio 187-2013-CGJ-JUSTIÇA-GRATUITA-LEI-1060-de-1950</a>    | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO |
| 55979<br>50   | 09/07/2019 21:28   | <a href="#">05-Laudo Médico, B.O, SAMU, Decl e Doc Proprietario Veiculo</a> | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO |
| 55979<br>51   | 09/07/2019 21:28   | <a href="#">06-Prontuario Médico Hospitalar</a>                             | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO |
| 55979<br>52   | 09/07/2019 21:28   | <a href="#">07-Informações do Sinistro nº 3190-086782</a>                   | DOCUMENTO COMPROBATÓRIO |

**PETIÇÃO INICIAL EM PDF ANEXO**



**Procedômio Advocacia e Consultoria Jurídica**  
Dr. José Francisco Procedômio da Silva  
OAB/PI Nº 12.813

**PROCURAÇÃO AD JUDITIA**

|   |                                  |                                     |
|---|----------------------------------|-------------------------------------|
| OUTORGANTE: <u>KATRICIA DA SILVA ANDRADE</u>  |                                  |                                     |
| Nacionalidade: Brasileira   | Estado Civil: <u>SOLTEIRA</u>    | Profissão: <u>GERENTE DE VENDAS</u> |
| RG nº: <u>2.635.984-SSP/PI</u>  | CPF/MF nº: <u>600.486.603-29</u> |                                     |
| Endereço: <u>RUA MARIO AUGUSTO, Nº 1080, BAIRRO: POTI VELHO</u><br><u>TERESINA-PI CEP: 64.005-830</u> |                                  |                                     |

|   |                           |                   |
|---|---------------------------|-------------------|
| OUTORGADO: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA E MARIA DO CARMO PROCEDOMIO DA SILVA        |                           |                   |
| Nacionalidade: Brasileira (o) Estado Civil: Solteiro (a)                                  |                           |                   |
| RG nº: 2.684.877 - SSP/PI   | RG nº: 1.457.994-SSP/PI   |                   |
| CPF/MF nº: 023.365.163-22   | CPF/MF nº: 703.754.703-44 |                   |
| Profissão: Advogado/ Bacharel em Direito  |                           | OAB/PI Nº 12.813. |
| Endereço Profissional: Rua Henrique Dias - 790, Vermelha, Teresina - PI (CEP: 64019-330). |                           |                   |

**PODERES:** Pelo presente instrumento particular de procuração, com fulcro no Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição, previsto no art. 5º, XXXV, da constituição federal, e nos moldes do art. 595 do CC, nomeia e constitui seu bastante procurador o advogado acima qualificado, então Outorgado, a quem confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula adjudicia, conforme o art. 5º da lei nº 8.906/94 e art. 105 do NCPC, podendo agir junto às repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, bem como os especiais para confessar, transigir, desistir, receber e dar quitação, firmar compromissos, prestar declaração de pobreza na forma do artigo primeiro da Lei nº 7.115/83, REQUERER DECLARAÇÕES EM ÓRGÃOS PÚBLICOS e substabelecer está em quem lhe convier, com ou sem reservas com o fim específico de propor AÇÃO DE CORRANÇA DE DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO PRIVAT POR INVALIDEZ ADQUIRIDOS DE ACIDENTE DE TRÁFEGO

Teresina - PI, 20 de abril de 2019.

Katricia da Silva Andrade

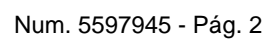
-Outorgante-

Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: [procedomio@hotmail.com](mailto:procedomio@hotmail.com)



[illegible]

**ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO PIAUI**

AV. MARANHÃO, 759/SUL - TERESINA

CNPJ: 06.840.748/0001-89

IE: 19301383-5

**VIA PARA PAGAMENTO DE CONTA DE ENERGIA**

Emitida Conforme Art. 123, Resolução 414/2010 da ANEEL

NF: 15047671

**ELOISA ELENA DA SILVA ANDRADE**

R. MARIO AUGUSTO FREITAS, 1080 , 1012

POTI VELHO

64005830 TERESINA

PI

|                                |                                 |  |
|--------------------------------|---------------------------------|--|
| CÓDIGO ÚNICO<br><b>4428714</b> | MÊS<br><b>12/2018</b>           | PERÍODO DE CONSUMO<br><b>16/11/2018 a 17/12/2018</b> |
| CONSUMO (kWh)<br><b>132</b>    | VENCIMENTO<br><b>24/12/2018</b> | TOTAL A PAGAR<br><b>R\$ 122,16</b>                   |

**OBSERVAÇÕES**

- A taxa referente a emissão de segunda via de pagamento não será cobrada
- Ligue EDPI: 0800 086 0800

autenticação mecânica

recorte aqui

**ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO PIAUI**

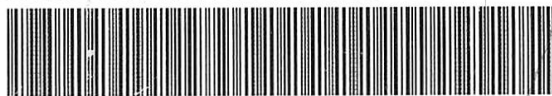
AV. MARANHÃO, 759/SUL - TERESINA

CNPJ: 06.840.748/0001-89

IE: 19301383-5

|                                |                       |                                    |
|--------------------------------|-----------------------|------------------------------------|
| CÓDIGO ÚNICO<br><b>4428714</b> | MÊS<br><b>12/2018</b> | TOTAL A PAGAR<br><b>R\$ 122,16</b> |
|--------------------------------|-----------------------|------------------------------------|

836400000011.221600170007.000000004424.871412180055



## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

|  |                           |                   |
|--|---------------------------|-------------------|
| KATRICIA DA SILVA ANDRADE  |                           |                   |
| Brasileiro (a)   | SOLTEIRA                  | GERENTE DE VENDAS |
| RG nº: 2.635.984   | CPF/MF nº: 600.486.603-29 |                   |
| Endereço: RUA MARIO AUGUSTO FREITAS Nº 1080, BAIRRO POTI VELHO, TERESINA-PI  |                           |                   |
| <p>DECLARA para os fins de obtenção de <b>ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA</b> que é reconhecidamente pobre no sentido legal, não tendo recursos que lhe permitam custear as despesas referentes a um processo judicial de <b>AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ ADVINDOS DE ACIDENTE DE TRANSITO</b>, sem o prejuízo de seu próprio sustento, vez que recebe mensalmente a quantia de R\$: <u>938,00 (Novecentos e oitenta e oito reais)</u> e que está necessitando com urgência do fim de ver seu direito líquido e certo amparado pela Justiça, tudo nos termos da Lei 7.115/83, com a redação que lhe deu a Lei 7.510/86 e 1060/50, ofício circular 187/2013, art. 98, do CPC/15 e art. 5º, LXXIV, da CF/88, juntando para tanto os documentos probatórios necessários anexados a esta presente declaração.</p> |                           |                   |

Teresina-PI, 20 de abril de 2019.

Katricia da Silva Andrade

(CPF 600 . 486 . 603 - 29)





ESTADO DO PIAUÍ  
PODER JUDICIÁRIO  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA  
GABINETE DA SECRETÁRIA

Ofício Circular n. 187/2013-CGJ

Teresina (PI), 09 de maio de 2013.

Aos Senhores Juízes de Direito do Estado do Piauí

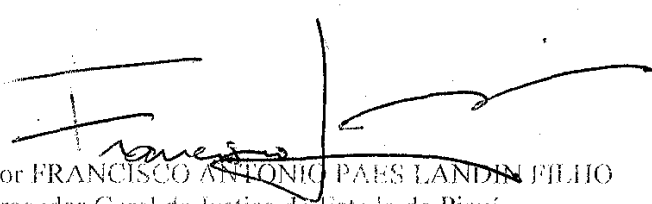
**Assunto: PP n. 0000214-33.2013.8.18.0139. Orientação.**

Senhores(as) Juizes(as),

Ao cumprimentá-los, tendo em mira *decisum* do augusto Conselho Nacional de Justiça no PCA n. 200910000039601 - da Relatoria do Cons. José Adonis Calhou de Araújo Sá; o estatuído na Lei Federal n. 1.060/50; o princípio do livre acesso à Justiça; o princípio da reserva material; o princípio da ampla defesa; e o Parecer da Consultoria Jurídica deste Órgão de Correição exarado no Pedido de Providências n. 0000214-33.2013.8.18.0139 - proposto pela Presidência da OAB/PI, que pode ser acessado, na íntegra, na página desta Corregedoria Geral da Justiça na *internet*, ao qual atribuo **força normativa, oriento** os meritíssimos Senhores Juizes de Direito do Estado do Piauí a concederem o benefício da "gratuidade da Justiça" também nas ações patrocinadas por advogado particular, quando atendidos os requisitos previstos na Lei Federal n. 1.060/50.

Cumpra-se.

Atenciosamente,

  
Desembargador FRANCISCO ANTONIO PAES LANDIM FILHO  
Corregedor Geral da Justiça do Estado do Piauí





TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADO DO PIAUÍ - CORREGEDORIA  
Registro...: 0087235 Data: 01/03/2013 às 12:58  
Requerente: Emitente VICE-PRESIDENTE DA OAB/EXERCÍCIO.  
Assunto...: ENCAMINHAMENTO  
Título....: OF.N.051/2013-PEDIDO DE REDONDIAMENTO/CNJ.  
Destino...: SECRETARIO DA CORREGEDORIA  
Servidor resp pelo cad: 005

Ofício nº 051/2013-GP

*De ordem,*  
Teresina (PI), 27 de fevereiro de 2013.

*At SCP, para autuar e  
registrar. Qui/04/03/13*

A Sua Excelência o Senhor  
**Francisco Antônio Paes Landim Filho**  
Corregedor Geral de Justiça do Estado do Piauí  
Praça Des. Edgard Nogueira, s/n, Centro Cívico  
CEP 64000-830  
Teresina-PI

*Dra. Nubia Fontenele de Carvalho Cordeiro*  
Secretária da Corregedoria Geral da Justiça



**Assunto: Pedido de recomendação. Cumprimento da decisão do CNJ no PCA nº 200910000039601. Benefício da justiça gratuita. Advogado particular. Possibilidade.**

Excelentíssimo Senhor Corregedor,

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Piauí, por intermédio de sua Presidente em exercício, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência expor e requer o que segue:

A advocacia piauiense tem enfrentado obstáculos indevidos quando da atuação em causas *pro bono*, ou seja, naqueles feitos em que o profissional representa o jurisdicionado de forma voluntária e gratuita.

Invariavelmente, tal atuação se dá em favor de pessoas necessitadas ou de instituições beneficentes, que não tem condições de arcar com os custos do processo judicial - aí se incluindo honorários advocatícios contratuais e taxas judiciais - sem prejuízo ao sustento próprio e/ou da sua família e, no caso daquelas pessoas jurídicas, sem que sua atividade social seja afetada.

214-33.2013

Rua Gov. Tiberio Nunes, s/n  
Cep. 64000-750 Teresina-Piauí  
Fonê: (86) 2107-5800







Em face disso, alguns advogados demandam sem uma necessária contraprestação pecuniária, notadamente quando se sensibilizam com a situação de dificuldade enfrentada por tais jurisdicionados, cumprindo assim com seu múnus público<sup>1</sup> e colaborando com a efetivação do princípio constitucional do acesso à justiça. Ainda com esse fim, faz-se necessário postular, em causas dessa espécie, a concessão do benefício da **gratuidade da justiça**, coadunando-se com os postulados constitucionais e com o disposto na Lei 1.060/50.

Entretanto, muitos magistrados indeferem a isenção de custas processuais sob o argumento de que tal benefício seria incompatível com a advocacia privada, restringindo a sua concessão à pessoas representadas pela Defensoria Pública.

*Data vênia*, tal entendimento mostra-se totalmente dissociado da realidade dos fatos, além de não compreender o real significado da advocacia *pro bono*. Outrossim, do ponto de vista processual, revela descabida intromissão na relação cliente-advogado.

Vale dizer que tal matéria já foi debatida e dirimida no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, a partir da impugnação de ato administrativo outrora baixado por essa Corregedoria local, conforme se depreende do julgado assim ementado:

**EMENTA: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ. PROVIMENTO 019/2006. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. RESTRIÇÃO AO PATROCÍNIO DA CAUSA PELA DEFENSORIA PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE.**  
**1. Pretensão de invalidação parcial do Provimento nº 019/2006, da**

<sup>1</sup> A Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB), alinhando-se ao art. 133 da Constituição Federal, assim dispõe:

Art. 2º O advogado é indispensável à administração da justiça.

§ 1º No seu ministério privado, o advogado presta serviço público e exerce função social.

§ 2º No processo judicial, o advogado contribui, na postulação de decisão favorável ao seu constituinte, ao convencimento do julgador, e seus atos constituem múnus público.

Rua Gov. Tibério Nunes, s/n  
Cep 64000-750 Teresina-Piauí  
Fones: (86) 2107 5800





**Corregedoria de Justiça do Estado do Piauí, que estabelece restrição de acesso à assistência judiciária gratuita, permitindo o processamento dos feitos apenas para as partes assistidas por membros da Defensoria Pública.**

**2. A Lei nº 1060/50 não condicionou o benefício da assistência judiciária ao necessário patrocínio da causa pela Defensoria Pública.**

**3. A restrição, tal como posta, inviabiliza o instituto da advocacia voluntária, reconhecidamente incentivado por este CNJ (Resolução nº 62/2009), e outras eventuais formas de prestação de assistência jurídica. Procedência do pedido para desconstituição do ato questionado. (Procedimento de Controle Administrativo nº. 200910000039601 - Relator: Conselheiro José Adonis Callou de Araújo Sá. Requerente: Francysllanne Roberta Lima Ferreira. Requerido: Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Piauí - 91ª Sessão - j. 29/09/2009 - DJU nº 190/2009 em 05/10/2009 p. 05)**

E em razão das ainda frequentes restrições encontradas quando da atuação voluntária dos advogados, faz-se necessário que essa douta Corregedoria adote providências no sentido de dar aplicabilidade ao julgado acima referida, renovando orientação aos Magistrados piauienses no sentido de atuarem em conformidade com o decidido pelo CNJ.

Por todo o exposto, a OAB/PI requer a Vossa Excelência a expedição de ato que dê plena e inequívoca ciência a todos os Juízes de Direito do Estado do Piauí acerca da decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça no âmbito do Procedimento de Controle Administrativo nº 200910000039601, recomendando que os Magistrados se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei 1.060/50.

No ensejo, externamos votos de elevado respeito.

Atenciosamente,

**Eduarda Mourão Eduardo Pereira de Miranda**  
Vice-Presidente da OAB/PI (Presidente em exercício)

Rua Gov. Tiberio Nunes, s/n  
Cep 64000-750 Teresina-Piauí  
Fones: (86) 2107 5800



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DA COMARCA DE TERESINA**



**PROCESSO Nº 0000214-33.2013.8.18.0139**

**CLASSE:** Pedido de Providências

**REQUERENTE:** EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA,  
VICE-PRESIDENTE DA OAB-PI (PRESIDENTE EM EXERCÍCIO)

**RÉU:**

**CERTIDÃO**

Aos 12/03/2013, recebi o presente expediente, autuei e registrei no Sistema ThemisWeb sob o nº 0000214-33.2013.8.18.0139, nos termos do Provimento nº 019/2004 do Sr. Des. Corregedor Geral da Justiça. Do que lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Dou fé.

Teresina, 12 de março de 2013

**MICHELINE JORGE CHAVES CALLAND LEITE**  
Oficial de Gabinete - Mat. nº 0016730

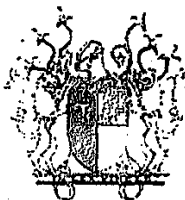
**CONCLUSÃO**

Nesta data, faço estes autos conclusos a(o) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Corregedor(a) Geral da Justiça. Do que, para constar, lavro este termo.

Teresina, 12 de março de 2013

**ANTÔNIA MARIA BORGES FERNANDES FRANCO**  
Secretário(a)





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0000214-33.2013.8.18.0139**

**REQUERENTE: VICE-PRESIDENTE DA OAB/PI – EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA**

**REQUERIDA: CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO PIAUÍ**

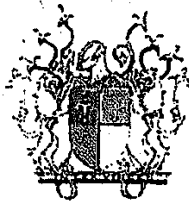
**PARECER**

**PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA TAMBÉM NAS CAUSAS PATROCINADAS POR ADVOGADO PARTICULAR, QUANDO ATENDIDOS OS REQUISITOS PREVISTOS NA LEI Nº 1050/60. CONCLUSÃO PELO DEFERIMENTO DO PEDIDO. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO PELA CORREGEDORIA A FIM DE ORIENTAR OS MAGISTRADOS VINCULADOS AO TRIBUNAL.**

Trata-se de PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS deduzido pela ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECÇÃO PIAUÍ, por meio de sua Vice-Presidente, no exercício da Presidência, EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA, por meio do qual se insurge contra o Provimento 019/2006, editado por esta Corregedoria Geral de Justiça, no que se refere à limitação do acesso à assistência judiciária gratuita, permitindo o processamento dos feitos apenas para as partes assistidas pela Defensoria Pública.

A Requerente sustenta, em síntese, que: *i)* a advocacia piauiense tem enfrentado obstáculos indevidos quando da atuação em feitos nos quais o profissional representa o jurisdicionado de forma voluntária e gratuita; *ii)* tal atuação



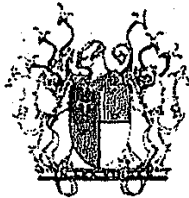


**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

se dá em favor de pessoas necessitadas ou instituições beneficentes, que não têm condições de arcar com os custos do processo judicial sem prejuízo do sustento próprio e de sua família ou sem que sua atividade social seja afetada; *iii*) em face disso, alguns advogados demandam sem uma necessária contraprestação pecuniária, notadamente quando sensibilizados com a situação de dificuldade enfrentada por tais jurisdicionados, cumprindo, assim, o seu múnus público e colaborando com a efetivação do princípio constitucional do acesso à justiça; *iv*) nestes casos, faz-se necessário postular a concessão do benefício da gratuidade da justiça, em conformidade com os postulados constitucionais e com o disposto na Lei nº 1.060/50; *v*) a referida isenção é repetidamente indeferida por muitos magistrados sob o argumento de que tal benefício seria incompatível com a advocacia privada, restringindo-se a sua concessão a pessoas representadas pela Defensoria Pública; *vi*) tal entendimento mostra-se totalmente dissociado da realidade dos fatos pois, além de não compreender o real significado da advocacia *pro bono*, revela uma descabida intromissão na relação cliente-advogado; *vii*) a matéria já foi debatida e dirimida no âmbito do Conselho Nacional de Justiça em face de impugnação de ato administrativo anteriormente baixado por esta Corregedoria; *ix*) em razão das ainda frequentes restrições encontradas quando da atuação voluntária dos advogados, faz-se necessário a adoção de providências por parte da CGJ/PI no sentido de dar aplicabilidade à decisão do CNJ, *"renovando orientação aos magistrados piauiense no sentido de atuarem em conformidade com o decidido pelo CNJ"* (fls. 04).

Por fim, pugna pela expedição de ato que dê plena e inequívoca ciência a todos os juizes de direito do Estado do Piauí sobre a decisão proferida pelo CNJ no Procedimento de Controle Administrativo nº 200910000039601, recomendando que os magistrados se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

*In casu*, o cerne da questão jurídica diz respeito em saber se diante de decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ em sede de Procedimento de Controle Administrativo, o qual julgou procedente pedido de invalidação parcial do Provimento nº 019/2006, editado por esta Corregedoria, desconstituindo os itens 1 e 2 do Capítulo IV, deve esta Corregedoria expedir ato dando ciência a todos os magistrados vinculados ao TJPI do conteúdo da decisão, recomendando que se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.

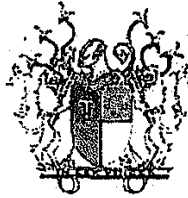
**- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CONTROLE ADMINISTRATIVO E  
FINANCEIRO DO PODER JUDICIÁRIO - COMPETÊNCIA**

A Constituição Federal de 1988, quando trata dos órgãos do Poder Judiciário, estabelece em seu art. 103-B, o qual foi introduzido pela Emenda Constitucional nº 45/2004, a composição, o funcionamento e a competência do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, órgão de controle administrativo e financeiro.

Com efeito, ao CNJ não compete atuar como revisor de decisões judiciais, pois no exercício de suas funções jurisdicionais os magistrados devem agir com absoluta autonomia e independência na formação de suas convicções.

De outra parte, no exercício do controle administrativo e financeiro, compete ao CNJ, além de outras atribuições, zelar pela observância dos princípios e regras inerentes à Administração Pública, bem como apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo, inclusive, desconstituí-los, revê-los ou fixar prazos para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, conforme dispõe o art. 103-B, § 4º, inciso II, da CF/88, *verbis*:





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução, sendo:

(...)

§ 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

(...)

II - zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União; (grifo nosso)

No mesmo sentido, o Regimento Interno do CNJ quando dispõe sobre a competência do Plenário, *in verbis*:

Art. 19. Ao Plenário do Conselho compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, o seguinte:

(...)

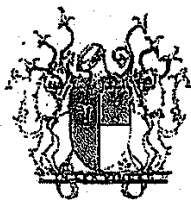
II - zelar pela observância do art. 37 da Constituição Federal e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União e dos Tribunais de Contas dos Estados; (grifo nosso)

Assim, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário poderá ser apreciada pelo Plenário do CNJ, o qual poderá ainda desconstituir ou rever o ato, como também fixar prazo para a adoção de providências necessárias ao exato cumprimento da lei.

**- O PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO**

O Regimento Interno do CNJ, quando trata dos diversos tipos de processos admitidos no âmbito daquele Conselho, preceitua que o controle de atos





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

administrativos poderá ser feito mediante provocação da parte, através de pedido escrito, o qual será autuado e distribuído a um Relator e após a oitiva da autoridade que praticou o ato, não ilidido o fundamento do pedido, o Plenário poderá sustar a execução do ato, desconstituí-lo ou determinar a sua revisão, *verbis*:

**“DO PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO**

Art. 95. O controle dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário será exercido pelo Plenário do Conselho, de ofício ou mediante provocação, sempre que restarem contrariados os princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição, especialmente os de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. Não será admitido o controle de atos administrativos praticados há mais de cinco anos.

Art. 96. O pedido, que deverá ser formulado por escrito e com indicação clara e precisa do ato impugnado, será autuado e distribuído a um Relator.

Art. 97. A instauração de ofício do procedimento de controle administrativo poderá ser determinada pelo Conselho, mediante proposição de Conselheiro, do Procurador-Geral da República ou do Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 98. O Relator determinará a oitiva da autoridade que praticou o ato impugnado e, por edital, dos eventuais beneficiários de seus efeitos, no prazo de quinze dias.

Art. 99. Não ilidido o fundamento do pedido, o Plenário determinará:

I – sustação da execução do ato impugnado;

II – a desconstituição ou a revisão do respectivo ato administrativo.

Parágrafo único. O Plenário poderá fixar prazos para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei ou dos atos do Conselho.

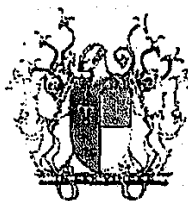
Art. 100. Aplicam-se ao procedimento previsto neste capítulo, no que couber, as regras previstas na Lei nº 9.784/99.”

Assim, o Procedimento de Controle Administrativo é espécie processual que objetiva o controle de legalidade dos atos administrativos praticados por membros e Órgãos do Poder Judiciário, sendo indispensável que o interessado demonstre a ilegalidade do ato atacado, quer por vício em sua formação, quer por afronta ao ordenamento jurídico.

Com efeito, o Provimento nº 19/2006 dispõe sobre a distribuição dos processos na Comarca de Campo Maior/PI, a competência dos Cartórios, institui a







**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

informatização nas suas rotinas forenses e dá outras providências, estabelecendo em seu Capítulo IV, itens 1 e 2, o seguinte:

**"IV – DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

1. Em cada um dos Cartórios, funcionará Seção da Assistência Judiciária, que terá competência para processamento de feitos cuja parte autora seja necessitada e que sejam subscritos, exclusivamente, por membros da Defensoria Pública.
2. Considera-se necessitado todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogados, sem prejuízo próprio e de sua família e que esteja assistido por órgão da Defensoria Pública."

Pelo que se depreende dos fatos, o Procedimento de Controle Administrativo instaurado junto ao CNJ, em referência na inicial do presente Pedido de Providências, Processo nº 200910000039601, impugnou ato administrativo expedido com a finalidade de otimizar a prestação jurisdicional exclusivamente na Comarca de Campo Maior-PI, o qual optou por considerar necessitado para fins de obtenção do benefício da assistência judiciária apenas aqueles cuja situação econômica não lhes permita pagar as custas do processo e os honorários advocatícios e que estejam assistidos pela Defensoria Pública.

A decisão, por sua vez, sob o fundamento de que a opção pela assistência jurídica por advogado contratado não é suficiente para afastar a justiça gratuita, na linha de entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgou procedente o pedido formulado, desconstituindo os itens 1 e 2, do Capítulo IV, do referido provimento.

Entretanto, a questão que se coloca é se a decisão acima deve ser estendida e observada por todos os magistrados vinculados a este E. Tribunal, devendo esta Corregedoria expedir ato dando ciência da decisão e recomendando





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

que o benefício da gratuidade da justiça seja concedido quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.

Com efeito, a Lei nº 1060/50 estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, exigindo como condição para o exercício do benefício tão somente a afirmação da situação de necessitado, ou seja, que a parte não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família (art. 4º).

Entretanto, a lei não estabeleceu o requisito de forma desmedida. Registrou que a presunção dessa condição é relativa, podendo ser contrariada tanto pela parte adversa, por meio de impugnação, quanto pelo juiz, de ofício, desde que este tenha razões fundadas (arts. 7º e 8º).

Outro ponto importante, que merece ser destacado e está contemplado *expressis verbis* na lei citada, é o que diz respeito ao direito que é assegurado ao necessitado de ser assistido, em juízo, por advogado da sua escolha, *verbis*:

"Art. 5º. O juiz, se não tiver fundadas razões para indeferir o pedido, deverá julgá-lo de plano, motivando ou não o deferimento dentro do prazo de setenta e duas horas.

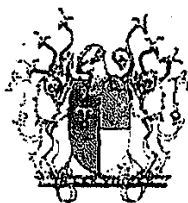
(...)

§ 4º. Será preferido para a defesa da causa o advogado que o interessado indicar e que declare aceitar o encargo.

(...)."

Assim, não deixa de ter direito à assistência judiciária a parte que indicou advogado, não estando obrigada para gozar do benefício a recorrer aos serviços da Defensoria Pública.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Nesse sentido, recentes julgados do Superior Tribunal de Justiça, *ipsis*

*verbis*:

**PROCESSUAL CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO RELATIVA. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. ADMISSIBILIDADE.**

1. A declaração de pobreza, com o intuito de obter os benefícios da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa, admitindo, portanto, prova em contrário.

2. Para o deferimento da gratuidade de justiça, não pode o juiz se balizar apenas na remuneração auferida, no patrimônio imobiliário, na contratação de advogado particular pelo requerente (gratuidade de justiça difere de assistência judiciária), ou seja, apenas nas suas receitas. Imprescindível fazer o cotejo das condições econômico-financeiras com as despesas correntes utilizadas para preservar o sustento próprio e o da família.

3. Dessa forma, o magistrado, ao analisar o pedido de gratuidade, nos termos do art. 5º da Lei 1.060/1950, perquirirá sobre as reais condições econômico-financeiras do requerente, podendo solicitar que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. Precedentes do STJ.

4. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 257.029/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/02/2013, DJe 15/02/2013)

**PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. COBRANÇA DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. CONTRATANTE QUE LITIGARA SOB A PROTEÇÃO DA JUSTIÇA GRATUITA. IRRELEVÂNCIA. VERBA QUE NÃO É ALCANÇADA PELOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PELA LEI N. 1.060/50.**

1. "Nada impede a parte de obter os benefícios da assistência judiciária e ser representada por advogado particular que indique, hipótese em que, havendo a celebração de contrato com previsão de pagamento de honorários ad exito, estes serão devidos, independentemente da sua situação econômica ser modificada pelo resultado final da ação, não se aplicando a isenção prevista no art.3º, V, da Lei nº 1.060/50, presumindo-se que a esta renunciou" (REsp 1.153.163/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/6/2012, DJe 2/8/2012).

2. Entendimento contrário tem a virtualidade de fazer com que a decisão que concede a gratuidade de justiça apanhe ato extraprocessual e pretérito, qual seja o próprio contrato celebrado entre o advogado e o cliente, interpretação que vulnera a cláusula de sobredireito da intangibilidade do ato jurídico perfeito (CF/88, art. 5º, inciso XXXVI; LINDB, art. 6º).

3. Ademais, estender os benefícios da justiça gratuita aos honorários contratuais, retirando do causídico a merecida remuneração pelo serviço prestado, não viabiliza,





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

absolutamente, maior acesso do hipossuficiente ao Judiciário. Antes, dificulta-o, pois não haverá advogado que aceitará patrocinar os interesses de necessitados para ser remunerado posteriormente com amparo em cláusula contratual ad exitum, circunstância que, a um só tempo, também fomentará a procura pelas Defensorias Públicas, com inegável prejuízo à coletividade de pessoas - igualmente necessitadas - que delas precisam.

4. Recurso especial provido.

(Resp 1065782/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 07/03/2013, DJe 22/03/2013)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ORDINÁRIA. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO STF. DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS DO REQUERENTE. PRESUNÇÃO IURIS TANTUM. CONTRARIEDADE. PARTE ADVERSA E JUIZ, DE OFÍCIO, DECORRENTE DE FUNDADAS RAZÕES. CRITÉRIOS OBJETIVOS.

1. Trata-se de recurso especial cuja controvérsia orbita em torno da concessão do benefício da gratuidade de justiça.

2. O STJ, em sede de recurso especial, conforme delimitação de competência estabelecida pelo artigo 105, III, da Constituição Federal de 1988, destina-se a uniformizar a interpretação do direito infraconstitucional federal, razão pela qual é defeso, em seu bojo, o exame de matéria constitucional, cuja competência é do STF.

3. Há violação dos artigos 2º e 4º da Lei n. 1.060/50, quando os critérios utilizados pelo magistrado para indeferir o benefício revestem-se de caráter subjetivo, ou seja, criados pelo próprio julgador, e pelos quais não se consegue inferir se o pagamento pelo Jurisdicionado das despesas com o processo e dos honorários irá ou não prejudicar o seu sustento e o de sua família.

4. A constatação da condição de necessitado e a declaração da falta de condições para pagar as despesas processuais e os honorários advocatícios erigem presunção relativa em favor do requerente, uma vez que esta pode ser contrariada tanto pela parte adversa quanto pelo juiz, de ofício, desde que este tenha razões fundadas.

5. Para o indeferimento da gratuidade de justiça, conforme disposto no artigo 5º da Lei n. 1.060/50, o magistrado, ao analisar o pedido, perquirirá sobre as reais condições econômico-financeiras do requerente, podendo solicitar que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. Isso porque, a fundamentação para a desconstituição da presunção estabelecida pela lei de gratuidade de justiça exige perquirir, in concreto, a atual situação financeira do requerente.

6. No caso dos autos, os elementos utilizados pelas instâncias de origem para indeferir o pedido de justiça gratuita foram: a remuneração percebida e a contratação de advogado particular. Tais elementos não são suficientes para se concluir que os recorrentes detêm condições de arcar com as despesas processuais e honorários de sucumbência sem prejuízo dos próprios sustentos e os de suas respectivas famílias.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

7. Recurso especial provido, para cassar o acórdão de origem por falta de fundamentação, a fim de que seja apreciado o pedido de gratuidade de justiça nos termos dos artigos 4º e 5º da Lei n.1.060/50. (REsp 1196941/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/03/2011, DJe 23/03/2011) (Grifos nosso)

Destarte, na esteira dos precedentes acima transcritos, para que a parte goze dos benefícios da assistência judiciária gratuita independe do fato de estar assistida por membro da Defensoria Pública ou por advogado particular. Para tanto, bastará uma simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de arcar com as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou da família, podendo, contudo, tal afirmação ser contrariada tanto pela parte adversa quanto pelo juiz, na forma prevista na lei que rege a matéria.

Cumpre, ainda, ressaltar que a Lei 1060/50 foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º, inciso LXXIV, como direito fundamental: "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".

Ademais, limitar o acesso à assistência jurídica gratuita àqueles que estiverem assistidos pela Defensoria Pública restringe direitos, violando o direito fundamental de pleno acesso à Justiça, e ofende o Princípio da Reserva Legal, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXV, 22, inciso I, 24, inciso XI, da Constituição Federal, *verbis*:

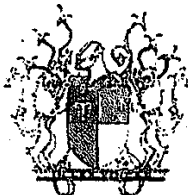
Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar  
concorrentemente sobre:  
XI - procedimentos em matéria processual;

Finalmente, diante do exposto, somos pelo DEFERIMENTO do pedido, no sentido de que seja expedido por esta CGJ/PI ato administrativo orientando os magistrados que para concessão do benefício da assistência judiciária seja exigido da parte apenas a presença do estado de pobreza, ou seja, a impossibilidade de arcar com as custas do processo e honorários advocatícios, não importando a qualidade do advogado, se público ou particular, nos termos previstos na Lei nº 1050/60 e conforme precedentes do C. Superior Tribunal de Justiça e do Conselho Nacional de Justiça.

É o parecer, sob censura.

Teresina (PI), 29 de abril de 2013.

**BEL. PAULO SÍLVIO MOURÃO VERAS**  
Consultor Jurídico da CGJ/PI



GT, em 09.05.2013

Agora o subscrito  
Parece, de Conselho  
Técnico de Engenharia  
Civil de Minas Gerais, para  
atender a - que se to  
matéria, para isto  
o fim de direito.





## CENTRO ORTOPÉDICO TERESINA LTDA.

Av. Miguel Rosa, 3360/Sul - Fone: (0\*\*86) 3230-7900

Busca Automática - CEP 64001-490 - Teresina-PI

Sr(a). KATRICIA DA SILVA ANDRADE

(0\*\*86) 99991-0176

Nome:

### RELATÓRIO MÉDICO

ATESTO, PARA FINS DE DIREITO, QUE A PACIENTE INICIOU ACOMPANHAMENTO MÉDICO ORTOPÉDICO ACIDENTE MOTOCICLISTICO APRESENTANDO FRATURA DA CABEÇA DO RÁDIO. FOI SUBMETIDA A PROCEDIMENTO CIRÚRGICO NO HOSPITAL DA POLICIA MILITAR, COM REALIZAÇÃO DE ARTROPLASTIA DA CABEÇA DO RÁDIO ESQUERDO. PROCEDIMENTO REALIZADO DIA 06\11\18

#### AO EXAME RADIOGRÁFICO

- PROTESE DA CABEÇA DO RÁDIO BEM COLOCADA, TAMANHO ADEQUADO

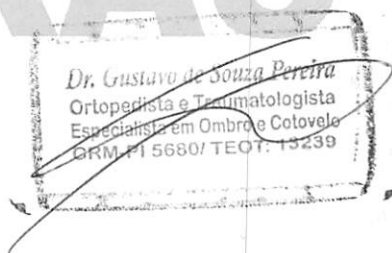
QUANDO INICIOU O ACOMPANHAMENTO EM 09\01\19 ESTAVA SEM FISIOTERAPIA DESDE ENTÃO, COM USO ESPORÁDICO DE TIPOIA

INICIADO O USO DE PREGABALINA 75 MG, FISIOTERAPIA, FISIOTERAPIA DOMICILIAR.

APRESENTOU GANHO COMPLETO DA PRONAÇÃO E SUPINAÇÃO, AINDA COM RIGIDEZ MUITO IMPORTANTE (ADM DE 30 GRAUS, RIGIDEZ MUITO GRAVE, PERDA DE CERCA DE 70% DOS MOVIMENTOS DE FLEXÃO E EXTENSÃO DO COTOVELO)

CIDs- M256 + S521 + M255

Teresina 26 de Fevereiro de 2019  
Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



### ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA

Voltando a consulta, traga esta receita e exames Complementares  
Esta receita não deve ser trocada







Governo do Estado do Piauí  
Secretaria de Segurança Pública  
Delegacia Geral de Polícia Civil  
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência

595 v. 1.0

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 100203.000081/2019-24



Unidade de Registro: DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO Resp. pelo Registro: Francieleide Lima Cordeiro

Data/Hora: 07/01/2019 - 12:20

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável

DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO

Tipo Local

VIA PÚBLICA

Município

TERESINA

Endereço

AV. MARECHAL CASTELO BRANCO, Nº:

Complemento

Data/Hora

27/10/2018 - 19:00

Bairro

PORENQUANTO

Ponto de Referência

SOB A PONTE DA FREI SERAFIM

DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: KATRICIA DA SILVA ANDRADE (30 ANOS)

Tipo Envolv.: VITIMA

RG: 2635984 SSP PI

Mãe: ELOISA ELENA RODRIGUES DA SILVA

Endereço: RUA MARIO AUGUSTO FREITAS, Nº 1080

Bairro: POTI VELHO

Cidade: TERESINA

Nome: ALAN THIAGO ROCHA

Tipo Envolv.: CONDUTOR DE VEICULO/Noticiante

RG: 2780418 SSP PI

Endereço: RUA ALTO LONGÁ, Nº 3106

Complemento: PRIMAVERA II

Bairro: PRIMAVERA

Cidade: TERESINA

NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Lesão corporal culposa no trânsito (Art. 303 do CTB).

RELATO DA OCORRÊNCIA

O NOTICIANTE RELATA QUE TRAFEGAVA PELO ENDEREÇO SUPRACITADO CONDUZINDO UMA MOTO HONDA/BIZ 125 EX, COR BRANCA, PLACA OXW-9521-MA, DE SUA PROPRIEDADE, QUANDO FOI ATINGIDO POR UM AUTOMÓVEL QUE SE EVADIU DO LOCAL SEM PRESTAR SOCORRO; QUE, A PASSAGEIRA DESTA MOTO, KATRICIA DA SILVA ANDRADE, FOI VÍTIMA DE LESÃO CORPORAL DESTE ACIDENTE, SENDO SOCORRIDA PELO NOTICIANTE E LEVADA AO HOSPITAL GERAL DO BUENOS AIRES (PRONTUÁRIO 53487); QUE, FOI SUBMETIDA A PROCEDIMENTO CIRURGICO NO HPM (PRONTUÁRIO 422682); QUE, O REFERIDO ACIDENTE TEM COMO TESTEMUNHA AURIDÉA MARIA ROCHA, CPF: 005468661-07. INFORMAÇÕES PRESTADAS DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DA NOTICIANTE.

Francieleide  
Francieleide Lima Cordeiro - Mat. 1945629  
AGENTE DE POLÍCIA

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS  
DPVAT  
CONTEUDO NÃO VERIFICADO

31 JAN 2019

GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C  
Centro-Norte CEP: 64.002-470  
Teresina-PI

Delegado de Polícia

Alan Thiago Rocha  
ALAN THIAGO ROCHA - Noticiante  
Responsável pela Informação



## Declaração do proprietário do veículo

Eu, Alon Thiago Rocha

RG nº 27 80418, data de expedição 29 / 08 / 17.

Órgão SSP - PI, portador do CPF nº.

033.157.503-51, com domicílio na cidade.

De Teresina no Estado de Piauí

Onde resido na (Rua / Avenida / Estrada)

Rua: Alto Longa 3506  
nº \_\_\_\_\_ complemento B - Primavera 2

Declaro, sob as penas da lei, que o veículo abaixo mencionado é ( era ) de

Minha propriedade na data do acidente ocorrido com a vítima

Katricia da Silva Andrade o condutor

Era Alon Thiago Rocha

Veículo: Motocicleta

Modelo: Honda Biz 125 ex

Ano: 2014/2015

Placa: 0XW-952L

Chassi: SC2JC4830FED22549

Data do acidente: 27/10/2018

Local e Data: Teresina - Piauí 07.01.2019

Alon Thiago Rocha

Assinatura do Declarante

Assinatura do condutor (caso seja um terceiro que não a vítima Reclamante do sinistro)



ASTORIO TRANSMISSÕES SAMPÃO  
3º OFÍCIO DE NOTAS  
Juiz de Direito Cartório  
Escritura Compromissada

CARTÓRIO  
Teresina  
TERESINA CARTÓRIO 3º OFÍCIO DE NOTAS  
Reconheço por autenticidade a firma de ALAN THIAGO ROCHA.  
FE. EM TEST. DA VERDADE.  
www.tjpi.jus.br/portalejtr.  
JUIZ DE DIREITO CARLOS CARLOS ESCRITURA AUTORIZADA  
Emol.: 3.71 TJ/0.74 EIMP/PI: 0.00 Selo: 0.26 Total: 4.71 - OP: 316  
DECLARAÇÃO DE P. DE VEÍCULO

CARTÓRIO 3º OFÍCIO DE NOTAS  
CONSULTE O SELO  
DIGITAL





Prefeitura Municipal de Teresina  
Secretaria Municipal de Saúde

## CENTRAL DE REGULAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR COMPROVANTE DE REGULAÇÃO

|   |                            |  |
|---|----------------------------|--|
| <b>AUTORIZAÇÃO:</b> 403441854   | <b>Nº REGULAÇÃO:</b> 46931 | <b>TIPO:</b> AVALIAÇÃO CLÍNICA EM HOSPITAL |
| <b>ESTABELECIMENTO SOLICITANTE:</b> 2679647 - UNIDADE MISTA DE SAÚDE D ANTONIO PEDREIRA DE A MARTINS - BUENOS AIRES |                            |  |
| <b>ESTABELECIMENTO REFERENCIADO:</b> 2323451 - HOSPITAL DA POLICIA MILITAR DIRCEU ARCOVERDE - HPM                   |                            |  |
| <b>LEITO:</b> ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA (FEMININO)   |                            |  |
| <b>PACIENTE:</b> KATRICIA DA SILVA ANDRADE  |                            | <b>NASCIMENTO:</b> 09/04/1988              |

### DADOS CLÍNICOS

|  |                                 |                       |                                  |
|--|---------------------------------|-----------------------|----------------------------------|
| <b>HISTÓRIA CLÍNICA:</b><br>PACIENTE VITIMA DE ACIDENTE DE MOTO COM TRAUMA NO ANTEBRAÇO, QUEIXA-SE DE DOR. RAO X MOSTROU FRATURA DA PORÇÃO PROXIMAL DO RADIO |                                 |                       |                                  |
| <b>PROVAS DIAGNÓSTICAS:</b>  |                                 |                       |                                  |
| <b>EXAMES SOLICITADOS:</b>   |                                 |                       |                                  |
| <b>DIAGNÓSTICO(CID):</b> FRATURA DA EXTREMIDADE SUPERIOR DO RADIO  |                                 |                       |                                  |
| <b>COMORBIDADE:</b>  |                                 |                       |                                  |
| <b>PRESSÃO ARTERIAL:</b> 130x80(mmHg)  | <b>FREQ. CARDÍACA:</b> 95bpm    | <b>SATURAÇÃO:</b> 99% | <b>FREQ. RESPIRATÓRIA:</b> 12rpm |
| <b>GLICEMIA:</b>   | <b>NÍVEL DE CONSCIÊNCIA:</b> 15 | <b>USO DE O2:</b>     |                                  |
| <b>USO DROGAS VASOATIVAS:</b>  |                                 |                       |                                  |
| <b>USO ANTIBIÓTICOS:</b>   |                                 |                       |                                  |
| <b>USO DE OUTRAS MEDICAÇÕES:</b>   |                                 |                       |                                  |

Luis Henrique Vasconcelos Reis 1º TEN PM  
RGPM 105198193-2/ Mat. 14495-9  
Chefe do Setor de Arquivo Técnico

|                                  |   |
|----------------------------------|---|
| <b>DATA:</b> 27/10/2018 21:30:36 | <b>MÉDICO RESPONSÁVEL PELO ENCAMINHAMENTO / CARIMBO</b> |
|----------------------------------|---|

Dra. Lana Napoleão  
MÉDICA  
CRM-PI 5044



**DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO**

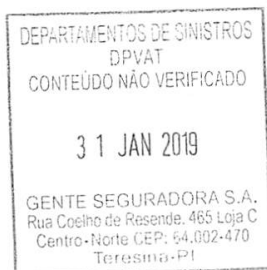
**DADOS DO PACIENTE:**

|   |                        |                                  |                           |
|---|------------------------|----------------------------------|---------------------------|
| <b>Nome:</b> KATRICIA DA SILVA ANDRADE  |                        | <b>Prontuário:</b> 53487         |                           |
| <b>Mãe:</b> ELOISA ELEN RODRIGUES DA SILVA  |                        | <b>Pai:</b> NELSON BRITO ANDRADE |                           |
| <b>End.Resid.:</b> RUA MARIO AUGUSTO FREITAS 1080 - POTY VELHO - TERESINA - PI - CEP: - |                        |                                  |                           |
| <b>Nascimento:</b> 09/04/1988   | <b>Idade:</b> 30a6m18d | <b>Sexo:</b> Feminino            | <b>Fone:</b> 86-9520-2268 |
| <b>Responsável:</b> O MESMO   |                        | <b>CNS:</b> 702400559107428      |                           |
| <b>Profissão:</b> VENDEDORA   |                        | <b>Documento:</b>                |                           |
| <b>G. Instrução:</b> Não informado  |                        | <b>E.Civil:</b> Solteiro(a)      |                           |
| <b>End.Local.:</b> - - -  |                        |                                  |                           |

**DADOS DO ATENDIMENTO:**

|  |                                  |                              |
|--|----------------------------------|------------------------------|
| <b>Código:</b> 60096   | <b>Data:</b> 27/10/2018 19:22:44 | <b>Clas. Cor:</b> Indefinido |
| <b>Motivo da Procura:</b> ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA EM MOTOCICLETA (MOTOC) |                                  | <b>Convênio:</b> S U S       |

Declaro para os devidos fins que o Sr.(a) acima identificado permaneceu nesta unidade dia 27/10/2018 de 19:22 às \_\_\_\_\_ horas para fim de atendimento hospitalar comprovado no Boletim de Emergência No. 60096/////



TERESINA(PI), 23 de Novembro de 2018.

HOSPITAL GERAL DO BUENOS AIRES  
ENTREGUE

Documento Comparete Conforme Original

Ass: \_\_\_\_\_

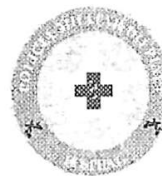
Setor Produção

Nota: De acordo com a resolucao CFM no. 1851/23008, D.O.U. de 18/08/2008, secao I, Pag. 256.





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ  
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE  
SETOR DE ARQUIVO TÉCNICO



DEPARTAMENTO DE SINISTROS  
DPVAT  
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO  
  
31 JAN 2019  
  
GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C  
Centro-Norte CEP: 64.002-470  
Teresina-PI

Confere com o(a) original e  
foi apresentado(a) e dou fé  
Em, 07/02/19

Setor do Arquivo Técnico do HPM

Luis Henrique Vasconcelos Reis 1º TEN PM  
Chefe do Arquivo Técnico do HPM PI  
RG: 105198193-2 Mat. 14495-9

NOME DO PACIENTE: Rafaela de Silva Andrade

NÚMERO DO PRONTUÁRIO: 422682/18

Obs: Não fornecemos 2ª via.

HPM - "Humanizando e Cuidando Bem de Sua Saúde."

**Piauí**  
GOVERNO DO  
DESENVOLVIMENTO

HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE - HPMPi  
Av. Higino Cunha, Nº 1642 - Bairro Ilhotas - Teresina-PI  
CEP 64.014-220  
Fones: (86) 3216-1520/3216 1528

**Saúde**  
Secretaria de Estado

Luis Henrique Vasconcelos Reis 1º TEN PM  
RGPM 105198193-2 Mat. 14495-9  
Chefe do Setor do Arquivo Técnico



**LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE INTERNAÇÃO/AUTORIZAÇÃO HOSPITALAR**

Nº LAUDO: 144431

AIH: 2218101805140

**IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO**

**ESTABELECIMENTO SOLICITANTE**

HOSPITAL DA POLICIA MILITAR DIRCEU ARCOVERDE - HPM

CNES

2323451

**ESTABELECIMENTO EXECUTANTE**

HOSPITAL DA POLICIA MILITAR DIRCEU ARCOVERDE - HPM

CNES

2323451

**IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE**

**CARTÃO SUS NOME DO PACIENTE**

702400559107428 KATRICIA DA SILVA ANDRADE

NASCIMENTO SEXO PRONTUARIO

09/04/1988 F

422682

**DOCUMENTO CPF TELEFONE NOME DA MÃE**

86994110433

ELOISA ELENA RODRIGUES DA SILVA

RESPONSÁVEL

O MESMO

CEP

64005830

ENDEREÇO - LOGRADOURO

NUMERO / LOTE

100

BAIRRO

POTI VELHO

COMPLEMENTO

MUNICIPIO

TERESINA

UF

PI

**LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO**

**PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS**

PACIENTE VITIMA DE ACIDENTE DE MOTO COM TRAUMA NO ANTEBRAÇO.

**CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO**

AS ACIMA

**PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADO DOS EXAMES REALIZADOS)**

RX

**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

**CID 10 PRINCIPAL / DIAGNÓSTICO INICIAL**

S521 - FRATURA DA EXTREMIDADE SUPERIOR DO RADIO

**CID 10 SECUNDÁRIO**

**CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS**

**PROCEDIMENTO SOLICITADO**

**COD/DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO**

0408020059 - ARTROPLASTIA DE CABECA DO RADIO

**LEITO/CLINICA**

ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA (FEMININO)

**PROFISSIONAL SOLICITANTE (ASSINATURA/CARIMBO (Nº DO CONSELHO))**

**CARATER**

URGENCIA

DATA SOLICITAÇÃO  
28/10/2018

LEANDRO PONCE LEAL

CPF: 16778699841

CRM:

DATA ADMISSÃO  
28/10/2018 08:35

DATA ALTA  
07/11/2018 09:30

MOTIVO ALTA  
MELHORADO

**CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIA)**

TIPO ACIDENTE

CNPJ

SEGURADORA

Nº DO BILHETE SÉRIE CNPJ DA EMPRESA

CNAE EMPRESA

CBOR NATUREZA DA LESÃO

**JUSTIFICATIVA DA "NÃO" AUTORIZAÇÃO**

**AUTORIZAÇÃO**

**PROFISSIONAL AUTORIZADOR (ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO CONSELHO))**

LUCIA DE FATIMA DA COSTA E SILVA FARIAS  
CPF: 09623442300 CRM:

**NOME DO PROFISSIONAL / PARECER CONTROLE AVALIAÇÃO / AUDITORIA**

DATA ANALISE: 07/11/2018

CPF

CRM

DATA ANALISE

**ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL**

DEVIDO NÃO VERIFICADO

31 JAN 2019

GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C  
Centro-Norte CEP: 64.012-470  
Teresina-PI

Luis Henrique Vasconcelos Reis 1º TEN PM  
RGPM 105198193-2/Mat 14495-9  
Setor do Arquivo Técnico

08/11/2018 09:08





Nº. da Autorização de internação Hospitalar (AIH)

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE  
AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - Nome do estabelecimento solicitante:

HOSPITAL POLICIA MILITAR DIRCEUARCOVERDE

2 - CNES

2323451

Atendimento

3 - Nome do estabelecimento executante:

HOSPITAL POLICIA MILITAR DIRCEUARCOVERDE

4 - CNES

2323451

810388

Identificação do Paciente

5 - Nome: KATRICIA DA SILVA ANDRADE

6 - Prontuário: 422682

7 - CNS: 702400559107428

8 - Nascimento: 09/04/1988

9 - Sexo: F

CPF:

11 - Mãe: ELOISA ELENA RODRIGUES DA SILVA

12 - Fone: 86-9.4110433

13 - Resp: KATRICIA DA SILVA ANDRADE

14 - Cor: PARDA

15 - Ender.: MARIO AUGUSTO FREITAS

19 - CEP: 64005-830

16 - Munic: TERESINA

1080

POTI VELHO

17 - Cod. IBGE: 221100

18 - UF: PI

RG: 26359-84

20 - Principais Sinais e Sintomas Clínicos:

Justificativa da Internação

Tratamento no ambulatório  
e potencial fratura

Luiz Henrique Vasconcelos Reis 1º TEN PM  
RGPM-105198193-2/ Mat. 14495-9  
Chefe do Setor do Arquivo Técnico

21 - Condições que justificam a Internação:

fratura

CID-SS21

0408020059

22 - Principais Resultados de Provas Diagnósticas (Resultado de Exames Realizados)

Exame RX

23 - Diagnóstico Inicial:

SEQUELAS DE FRATURA DO BRACO

24 - Cid Princ.: T921

25 - Cid Sec.: \_\_\_\_\_

26 - Cid C.Ass.: \_\_\_\_\_

Procedimento Solicitado

27 - Procedimento Solicitado:

0408020598

TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDARTROSE NA REGIÃO METAFISE-EPIFISARIA DISTAL DO RADIO E ULNA

Tempo SUS 2

29 - Clínica:

POSTO II

30 - Carater.: 02

Ident.: 1

31 - Documento: CPF

32 Doc. Med. Solic. 16778699841

33 - Nome Profissional / Assistente

LEANDRO PONCE LEAL

34 - Data de Solicitação: 28/10/2018

Dr. LEANDRO PONCE LEAL  
Ortopedia e Traumatologia  
Cirurgia do Ombro e Cotovelo  
CRM-PI 2608  
35 - Ass. Carimb. Med. Solicitante

Preencher em caso de Causas Externas (Acidentes ou Violências)

36 - ( ) Acidente de Trânsito.

37 - ( ) Acidente de Trabalho Típico.

38 - ( ) Acidente de Trabalho Trajetado.

39 - CNPJ Seguradora:

40 - CNPJ Empresa:

41 - Série

42 - CNPJ Empresa:

43 - CNAE. Empresa

44 - CBOR.

45 - Vinculo com a Previdência, ( ) Empregado ( ) Empregador ( ) Autônomo ( ) Desempregado ( ) Aposentado ( ) Não Segurado.

46 - Nome do Profissional Autorizador

47 - Data Autorização.

48 - Documento

49 - Num. Documento

Assinatura Paciente ou Responsável.

DEPARTAMENTO DE REGISTROS  
DPVAT  
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

31 JAN 2019

GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Lúcio de Almeida, 105 Loja G  
Centro-Norte CEP: 64.002-470  
Teresina-PI

Usuário: OSCARINA  
Consulta Local:  
Consulta SUS:  
Impressão 8:17:15





**Polícia Militar do Piauí**  
**HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE**



**FOLHA DE INTERNAÇÃO**

|                                |                              |                                      |                      |                            |
|--------------------------------|------------------------------|--------------------------------------|----------------------|----------------------------|
| <b>INTERNOU-SE NO HOSPITAL</b> |                              | <b>FICHA DE PRONTUÁRIO</b>           |                      | 28/10/2018                 |
| SIM <input type="checkbox"/>   | NÃO <input type="checkbox"/> | Nome: KATRICIA DA SILVA ANDRADE      |                      | Pront.: 422682             |
| IDEM OUTROS HOSPITAIS          |                              | Nasc.: 09/04/1988                    | Sexo: F              | Convênio: SUS - INTERNACAO |
| SIM <input type="checkbox"/>   | NÃO <input type="checkbox"/> | Atendimento: 810388                  | Enfermaria: POSTO II | ENF 215 LEITO              |
| CLÍNICA                        |                              | Leito: 215                           |                      |                            |
| Médico Assistente              |                              | Pai: NELSON BRITO ANDRADE            |                      |                            |
| Permanência                    |                              | Mãe: ELOISA ELENA RODRIGUES DA SILVA |                      |                            |
| CLÍNICA                        |                              | RG: 2635984                          |                      |                            |
|                                |                              | Residência:                          |                      |                            |
|                                |                              | MARIO AUGUSTO FREITAS                |                      |                            |
|                                |                              | Nr.: 1080                            |                      |                            |
|                                |                              | Cep: 64005830                        |                      |                            |
|                                |                              | Bairro: POTI VELHO                   |                      |                            |
|                                |                              | Cidade: TERESINA                     |                      |                            |
|                                |                              | Telefone: 86 - 94110433              |                      |                            |

Histórico Clínico, Registro das Palavras do Doente e Todos os Achados de Exames a Que Foi Submetido.

*Assunto no atestado*  
*de internação*

Luis Henrique Vasconcelos Reis 1º TEN PM  
RGPM 405198193-2/ Mat. 14495-9  
Chefe do Setor do Arquivo Técnico

**DIAGNÓSTICO**

|               |                               |          |
|---------------|-------------------------------|----------|
| Provisório:   |                               | CID T921 |
| Principal:    | <i>humano colapso renal E</i> | CID      |
| Procedimento: | <i>SS21</i>                   |          |

Sintomas e Sinais Principais

*do e apatia*  
*final*

Causa Médica

Histo - Patológico  
Dr. ANDRÉ TAVARES  
Unidade de Triagem e Triagem  
CRM-PI 2608

**TRATAMENTO**

|   |                      |                    |   |
|---|----------------------|--------------------|---|
| Tipo:                                     | Terapêutica Médica   | Operação           | Eficácia                                  |
| <input type="checkbox"/> Nenhuma          | <i>Antipsicótico</i> | <i>31 JAN 2019</i> | <input type="checkbox"/> Nenhuma          |
| <input type="checkbox"/> Médico           | <i>colapso renal</i> |                    | <input type="checkbox"/> Médico           |
| <input type="checkbox"/> Cirurgia         |                      |                    | <input type="checkbox"/> Cirurgia         |
| <input type="checkbox"/> Médico Cirúrgico |                      |                    | <input type="checkbox"/> Médico Cirúrgico |

Data/Hora de Internação  
28/10/2018 08:16:26

**DURAÇÃO**

Data da Alta:

*07/11/2018*

**ALTA**

|  |                                      |   |
|--|--------------------------------------|---|
| Saída  | Transferência                        | Óbito   |
| <input type="checkbox"/> Curado                    | <input type="checkbox"/> Fisiologia  | <input type="checkbox"/> Ocorrido nas primeiras 48 horas em estado agônico ou pré-agônico             |
| <input checked="" type="checkbox"/> Melhorado      | <input type="checkbox"/> Psiquiatria | <input type="checkbox"/> Ocorrido nas primeiras 48 horas sem apresentar estado agônico ou pré-agônico |
| <input type="checkbox"/> Inalterado                | <input type="checkbox"/> Outros      | <input type="checkbox"/> Ocorrido nas primeiras 48 horas de internação                                |
| <input type="checkbox"/> A Pedido                  |                                      |   |
| <input type="checkbox"/> Internação p/ Diagnóstico |                                      |   |

THE    /    /   

Assinatura:

"Humanizando e Cuidando Bem da Sua Saúde"

Av. Higino Cunha, 1642 - Fone: (86) 3216-1256 - Fax: (86) 3216-1520  
CEP: 64014-090 - Teresina - PI - CNPJ: 07.444.159/0002-25 - CMC: 035.372-R







GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ  
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE



BOLETIM DE CIRURGIA

DATA: 06/11/18  
Nº DO PRONTUÁRIO: 422682 SALA 08  
CÓD DA CIRURGIA: 0408020059

Descrição da Cirurgia:

Ponte a DAI  
Anexo a atropia, com atropia  
Inclui lobes, com mais porção  
benéfico de outros comunitários de  
chegada de saúde

Resumo do colapso de saúde  
Atropia no atendimento

Situação por parte  
Cirurgia

Dr. LEANDRO V. S. F. F. F.  
Ortopedista e Traumatologista  
Cirurgia de Mão e Lado  
CRM-PI 2609

Luis Henrique Vasconcelos Reis 1º TEN PM  
RGPM/105198193-2/ Mat. 14495-9  
Chefe do Setor do Arquivo Técnico



Cirurgia: Anestesia geral / Anestesia

Cirurgião: Leandro

1º Auxiliar: Mayra Dantas de Medeiros Sousa

2º Auxiliar:

3º Auxiliar:

Instrumentador: Wilson

Circulante: Mayra Dantas de Medeiros Sousa  
Técnica de Enfermagem  
COREN-001.184.192



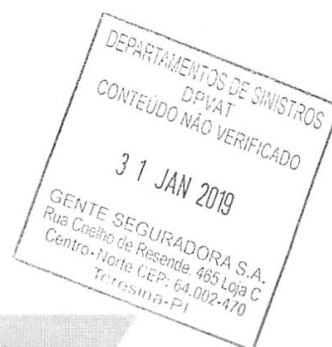
**POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ  
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE***"Humanizando e Cuidando Bem de Sua Saúde"***Nº ORDEM.....:** 126262**NOME.....:** KATRICIA DA SILVA ANDRADE**MÉDICO SOLIC:** LEANDRO PONCE LEAL**DATA LAUDO....:** 17/11/2018**CONVÊNIO:** INTERNO**DATA REALIZ:** 07/11/2018**IDADE:** 30 anos**CRM:** 2608-PI**CÓDIGO:** 40140**RX ANTEBRAÇO ESQUERDO**

O estudo radiológico do antebraço, realizado incidência ântero-posterior, demonstra:

- Prótese metálica substituindo a cabeça do rádio.
- Espaços e superfícies articulares: mantidos.
- Leve aumento de partes moles.

**IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA****Controle ortopédico de artroplastia da cabeça do rádio.**

Luis Henrique Vessencios Reis 1º TEN PM  
RG-PM 105198193-2/ Mat. 14495-9  
Chefe do Setor do Arquivo Técnico

**IVAN FONTENELE GOMES  
CRM-2426-PI**

Av. Higinio Cunha, 1642 - Ilhotas - Teresina/PI  
CEP 64014-220 - CNPJ 07.444.169/0002-25

Telefone: (86) 3227-6265  
Fax: (86) 3216-1520





**POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ**  
**HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE**

"Humanizando e Cuidando Bem de Sua Saúde"

PEDIDO: 125465  
PACIENTE: KATRICIA DA SILVA ANDRADE  
NOME DA MÃE: ELOISA ELENA RODRIGUES DA SILVA  
DATA DO NASCIMENTO: 09/04/1988  
MÉDICO SOLICITANTE: CRM  
DATA DA REALIZAÇÃO: 28/10/2018  
DATA DO LAUDO: 05/11/2018  
CONVÊNIO: SUS - INTERNACAO

**RADIOGRAFIA DO ANTEBRAÇO ESQUERDO EM DUAS INCIDÊNCIAS**

Fratura completa, desalinhada, cominutiva, com extensão articular na cabeça do rádio.

Aumento do volume e da densidade das partes moles adjacentes.

\*Correlacionar com dados clínicos.

\*Se indicação clínica, sugere-se estudo específico.

Luis Henrique dos Anjos Reis 1º TEN PM  
RGPM 108198193-2/ Mat 14495-9  
Fidelidade do Arquivo Técnico



Nayra Virginia S. Costa  
CRM-PI 3326

NAYRA VIRGINIA DE SOUSA COSTA  
CRM: 3326

Av. Higino Cunha, 1642 – Ilhotas – Teresina/PI  
CEP 64014-220, - CNPJ 07.444.159/0002-25

Telefone: (86) 3227-6265  
Fax (86) 3216-1520



556



**POLICIA MILITAR DO PIAUI**  
**HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE**

NOME: **KATRICIA DA SILVA ANDRADE**

MÉDICO

CONVÊNIO: **SUS / INTERNO / ENF. 215 - 01**IDADE: **30 ANOS****HEMOGRAMA AUTOMATIZADO SDH-20 LABTEST****ERITROGRAMA**

## VALORES ENCONTRADOS

## VALORES DE REFERENCIA:

Hemácias em milhões/mm<sup>3</sup>  
Hemoglobina em g/dl  
Hematócrito em %

**4,60**  
**13,0**  
**42,0**

| HOMEM       | MULHER      |
|-------------|-------------|
| 4,5 - 6,5   | 3,9 - 5,8   |
| 13,5 - 18,0 | 11,5 - 16,4 |
| 40,0 - 54,0 | 36,0 - 47,0 |

**OBSERVAÇÕES:****Hemácias normocíticas e normocrômicas.****LEUCOGRAMA**

## VALOR ENCONTRADO

## REFERENCIAL

Leucócitos por mm<sup>3</sup>**4.600**

4.000 10.000

%

REFERENCIAL

ABSOLUTO

REFERENCIAL

Bastões  
Segmentados  
Eosinófilos  
Basófilos  
Linfócitos  
Monócitos  
Metamielócitos  
Mielócitos

**0**  
**66**  
**2**  
**0**  
**31**  
**1**  
**0**  
**0**

**3**      **5**  
**50**      **66**  
**2**      **4**  
**0**      **1**  
**20**      **30**  
**4**      **8**  
**0**      **1**  
**0**      **0**

**0**  
**3.036**  
**92**  
**0**  
**1.426**  
**46**  
**0**  
**0**

**120**      **500**  
**2000**      **6600**  
**80**      **400**  
**0**      **100**  
**800**      **3000**  
**160**      **800**  
**0**      **100**  
**0**      **0**

**OBSERVAÇÕES:****PLAQUETAS****252.000 mm<sup>3</sup>**100.000/mm<sup>3</sup> - 400.000/mm<sup>3</sup>

Obs: Plaquetas contadas eletronicamente por impedância elétrica.

**OBSERVAÇÕES:****Plaquetas Morfolologicamente normais e bem distribuidas**

TERESINA, 29 DE OUTUBRO DE 2018

FRANCISCO DAS CHAGAS MACEDO  
CAP.QOPM - FARMAC. BIOQUIMICO  
CRF-PI 245

RAULINO F. FERREIRA  
BIOQUIMICO  
CRF - PI 292

HAROLDO LEAL SILVA  
Farmacêutico-Bioquímico  
CRF-PI 0985

**"HUMANIZANDO E CUIDANDO BEM DA SUA SAÚDE"**

Av. Higino Cunha 1642 - Ilhotas - Fone (86) 3216-1256 Fax (86) 3216-1520  
CEP. 64.014-090 - Teresina-PI - C.N.P.J. 07.444.159/0002-25 - C.M.C. 035.372-8

Luis Henrique Visconde Reis 1º TEN PM  
RGPM 105198193-2/ Mat 14495-9  
Chefe do Setor do Arquivo Técnico





**POLICIA MILITAR DO PIAUI**  
**HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE**



NOME **KATRÍCIA DA SILVA ANDRADE**

IDADE : **30 ANOS**

MEDICO

CONVENIO: **SUS / INTERNO / ENF. 215 - 01**

**COAGULOGRAMA**

**RESULTADO**

TEMPO DE SANGRAMENTO: **01 min. 30 seg.**

**REFERENCIAL:**

Até 3 minutos

TEMPO DE COAGULAÇÃO: **07 min. 00 seg.**

De 5 min. Até 10 min.

PROVA DO LAÇO: **NEGATIVO**

Negativa

RETRAÇÃO DO COÁGULO: **TOTAL**

Normal

*Luis Henrique Vasconcelos Reis*  
Luis Henrique Vasconcelos Reis 1º TEN PM  
RGPM 105198193-2 / Mat. 14495-9  
Chefe do Setor do Arquivo Técnico

**OBSERVAÇÃO:**

GLICOSE **90** mg/dl

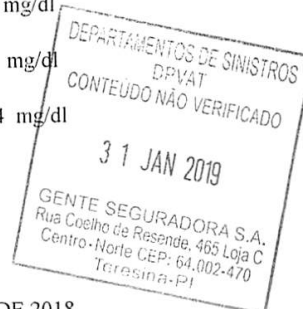
70 - 99 mg/dl

UREIA **28** mg/dl

15 - 40 mg/dl

CREATININA **0,9** mg/dl

0,4 - 1,4 mg/dl



TERESINA, 29 DE SETEMBRO DE 2018

FRANCISCO DAS CHAGAS MACEBO  
CAP. QOPMS - FARMAC. BIOQUIMICO  
CRF / PI 245

RAULINO F. FERREIRA  
BIOQUIMICO  
CRF-PI 292

HAROLDO LEAL SILVA  
Farmacêutico-Bioquímico  
CRF-PI 0985

"Humanizando e Cuidando Bem de Sua Saúde"

Av. Higino Cunha 1642 - Fone (86) 3216-1240 - Fax (86) 3216-1245  
CEP: 64014 - 090 - Teresina-PI. CNPJ: 07.444.159/0002-25 - CMC: 035.372-8





**CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE LINEU ARAÚJO**

Rua Magalhães Filho, 152 – Centro Sul – Fone 86 3221-3040

TERESINA-PI CEP: 64000-000 CNPJ: 05.522.917/0016-56

Unidade: H. Buenos Aires

Nome: KATRICIA DA SILVA ANDRADE

Data do exame: 27/10/2018

Id Paciente: 53487BA

Data do laudo: 13-11-2018

**Raio X de Antebraço Esquerdo**

Fratura completa na cabeça do rádio, com avulsão óssea e deslocamento inferior do fragmento livre, medindo 1,2 x 1,0 cm.

Pequeno corpo ósseo livre junto a cavidade articular da ulna anteriormente, medindo 0,2 cm, podendo estar relacionado a fratura.

Demais estrutura óssea íntegra.

Espaços articulares preservados.

Partes moles sem particularidades

*Aila de Menezes Ferreira*

Dra. Aila de Menezes Ferreira

Médica Radiologista

CRM-PI: 3881





**CENTRO ORTOPÉDICO TERESINA LTDA.**

Av. Miguel Rosa, 3360/Sul - Fone: (0\*\*86) 3230-7900

Busca Automática - CEP 64001-490 - Teresina-PI

☎ (0\*\*86) 99833-3055

Nome: \_\_\_\_\_

**\*\*\* LAUDO RADIOLÓGICO \*\*\***

No. Atend: 274997 Data: 27/10/2018

Paciente: KATRICIA DA SILVA ANDRADE

Solicitante: DR MARCIO BATISTA DE CARVALHO

Convênio: PARTICULAR

Exame: 0238-RX COTOVELO ESQUERDO

**CONCLUSÃO:**

FRATURA COMPLETA RECENTE COM DESVIO  
EDEMA DE PARTES MOLES

Teresina(PI), 31 de Outubro de 2018

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

  
Dr. Carlos Augusto Moura Fé  
CRM 1341  
Radiologista

**ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA**

Voltando a consulta, traga esta receita e exames Complementares  
Esta receita não deve ser trocada







Pioneira em Radiologia  
Ortopédica **DIGITAL**



Paciente: 274997 KATRICIA DA SILVA ANDRADI

COT - CENTRO ORTOPEDICO TERESINA LTDA  
KATRICIA DA SILVA ANDRADI  
ID: 274997  
DATA 20181027  
CONT:

SERVE

W/L: 4100 219  
ZOOM: 121.04%  
No IMGS:  
IMG. ATUAL:  
AQUIS.:

KV:  
MAS:

DRX-1

COT - CENTRO ORTOPEDICO TERESINA LTDA  
KATRICIA DA SILVA ANDRADI  
ID: 274997  
DATA 20181027  
CONT:

THICK  
MATRIZ: 2071 x1244  
FOV: 238 mm x 136 mm

W/L: 4096 2188  
ZOOM: 150.91%  
No IMGS: 1  
IMG. ATUAL: 1  
AQUIS: 1

KV:  
MAS:

DRX-1

THICK  
MATRIZ: 2582 x1949  
FOV: 238 mm x 136 mm

Av. Miguel Rosa, 3360 / Sul - Teresina - Piauí - Fone: (86) 3230-7900



Assinado eletronicamente por: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA - 09/07/2019 21:27:52  
<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19070921275181300000005361172>  
Número do documento: 19070921275181300000005361172

Num. 5597951 - Pág. 12



KATRICIA DA SILVA ANDRADE  
030Y F 53487BA  
Nasc: 09/04/1988  
0013  
Ex: 2005718102718383 ANTEPÃO  
Im: 1/2  
2430 x 1994  
TF-06

HOSPITAL GERAL DO BUENOS AIRES  
27/10/2018 030Y F 53487BA  
Nasc: 09/04/1988  
0013  
Ex: 2005718102718383 ANTEPÃO  
Im: 2/2  
2430 x 1994  
TF-06

HOSPITAL GERAL DO BUENOS AIRES  
27/10/2018  
19:57:52

ESO-PA  
1028

W: 4096 L: 2047

39.57% W: 4096 L: 2047

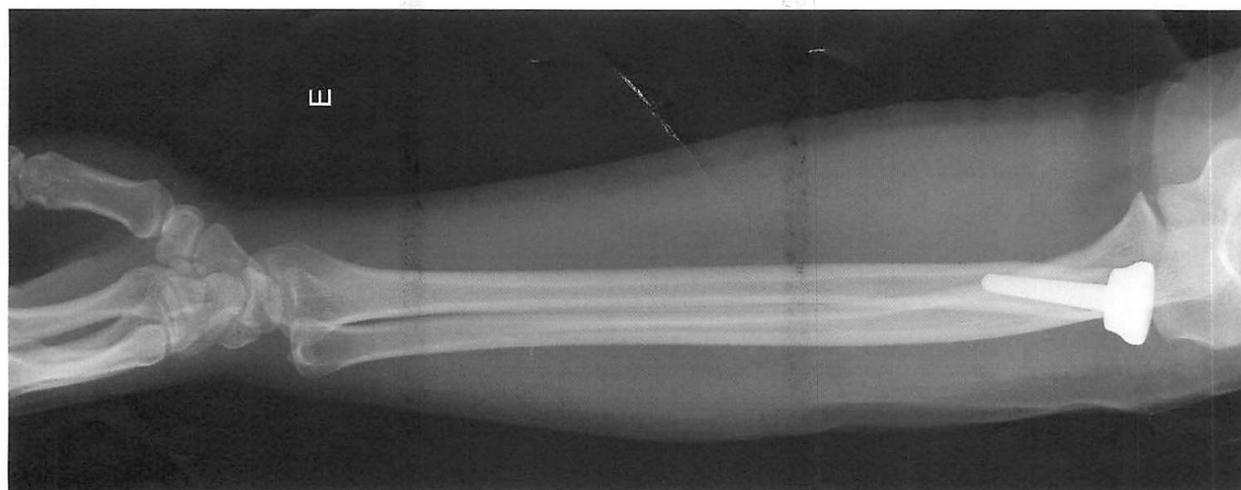
39.57%



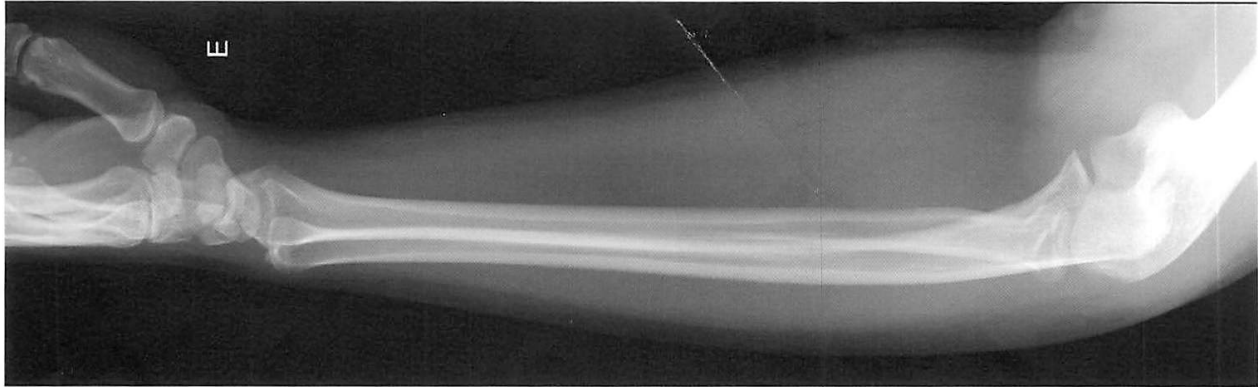
HPM

D: 126262  
Paciente: KATRÍCIA DA SILVA ANDRADE  
Idade: 060Y  
Sexo: M

Luis Henrique Vasconcelos Reis 1º TEN PM  
RGPM: 05198193-2 / Mat: 14495-9  
Ficheiro: J Setor do Arquivo Técnico



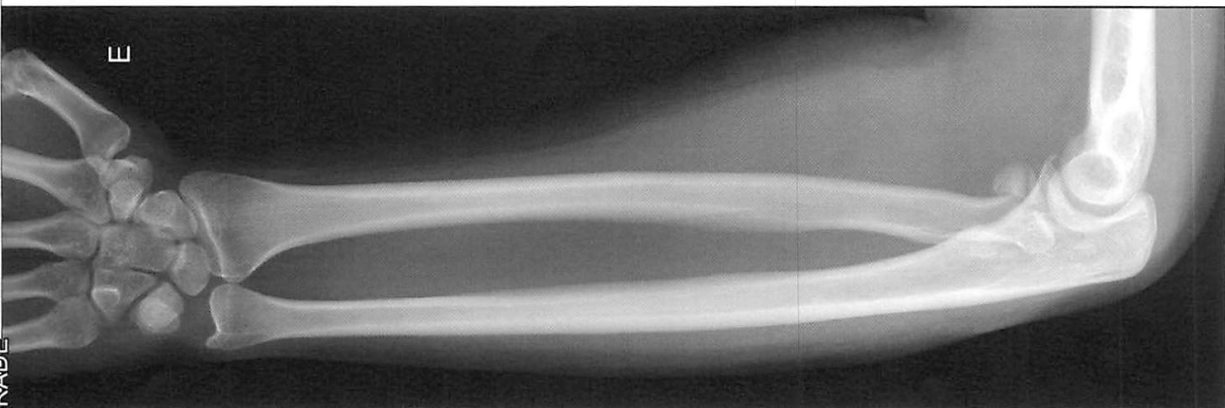
Hora: 09:24  
Exame: 07/11/2018



HPM



Luis Henrique Vasconcelos Reis 1º TEN PM  
RGPM 105198193-2/ Mat 14495-9  
Setor do Arquivo Técnico



D: 123465  
Paciente: KATRÍCIA DA SILVA ANDRADE  
Idade: 080Y  
Sexo: F

Hora: 09:08  
Exame: 29/10/2018





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 01 de Fevereiro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190086782

Vítima: KATRICIA DA SILVA ANDRADE

Data do Acidente: 27/10/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: KEYLLY MOURA DE OLIVEIRA

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), KATRICIA DA SILVA ANDRADE

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você

Carta nº 13889597





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

**Rio de Janeiro, 17 de Fevereiro de 2019**

**Nº do Pedido do**

**Seguro DPVAT: 3190086782**

**Vítima: KATRICIA DA SILVA ANDRADE**

**Data do Acidente: 27/10/2018**

**Cobertura: INVALIDEZ**

**Procurador: KEYLLY MOURA DE OLIVEIRA**

**Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO**

**Senhor(a), KATRICIA DA SILVA ANDRADE**

Informamos que o pagamento da indenização o Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

|                  |              |
|------------------|--------------|
| Multa:           | R\$ 0,00     |
| Juros:           | R\$ 0,00     |
| Total creditado: | R\$ 2.531,25 |

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um dos cotovelos  
25%

Graduação: Em grau intenso 75%

% Invalidez Permanente DPVAT: (75% de 25%) 18,75%

Valor a indenizar: 18,75% x 13.500,00 = R\$ 2.531,25

Recebedor: **KATRICIA DA SILVA ANDRADE**

Valor: **R\$ 2.531,25**

Banco: **104**

Agência: **000003828**

Conta: **0000017082-0**

Tipo: **CONTA POUPANÇA**

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: [www.seguradoralider.com.br/recomeco](http://www.seguradoralider.com.br/recomeco).

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você

